

ECOTURISMO, INTERPRETAÇÃO E EDUCAÇÃO AMBIENTAIS: CONSENSUANDO CONCEITOS

Alexandre de Gusmão Pedrini

Laboratório de Ficologia e Educação Ambiental, Departamento de Biologia Vegetal, Instituto de Biologia Roberto Alcântara Gomes, Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ); Rua São Francisco Xavier, 524, Pavilhão Haroldo Lisboa da Cunha, sala 525/1; Rio de Janeiro, RJ, Brasil; pedrini@uerj.br

Eixo temático: Ecoturismo e Educação Ambiental em Áreas Protegidas

Resumo

O ecoturismo no Brasil vem sendo desenvolvido ativamente sem que se saiba exatamente quais são os seus pressupostos para que ele seja de qualidade. Há políticas implícitas governamentais que orientam para que o ecoturismo abranja a interpretação ambiental (IA) e a educação ambiental (EA). Para verificar se o ecoturismo possui tanto a IA como a EA no seu bojo foi enviado um questionário semi-aberto às dezenas de listas de discussão na Internet e por um mês solicitado seu retorno. Dos 41 pessoas que responderam ao questionário a maioria foi de pessoas do sexo feminino, possuem experiência pretérita em ecoturismo ou em EA e são na maioria absoluta formadas de professores e pesquisadores, embora possuam empresários, estudante de turismo, guias, consultores ambientais, funcionários públicos e empregados de ONG's. A maioria dos respondentes entendem que o ecoturismo deve estar associado tanto a interpretação como a educação ambientais. No entanto, sendo adotada como referencial base a Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis (EASS) cria-se um desafio para realizá-la no limite de um percurso ecoturístico. Assim, pesquisas urgentes são necessárias para equacionar essa questão. No ecoturismo é possível a adoção da EASS ou da interpretação ambiental?

Palavras-Chave: ecoturismo, interpretação ambiental, educação ambiental,.

Abstracts

Ecotourism in Brazil has been actively developed without one can know exactly which are their presuppositions in order to consider ecotourism as one of quality. There are implicit governmental politic which guide ecotourism towards environmental interpretation (EI) and education (EE) together. In order to verify if the ecotourism possesses inside both EI and EE, it was sent a half-open questionnaire by tens of discussion lists of the Internet and by one month was asked for his return. From 21 individuals that answered to the questionnaire, most of them was composed by female sex individuals and have previous experience in ecotourism or in EE and are in absolute majority formed by teachers and researchers, however between the interviewees there are undertakers, tourism students, guides, environmental consultants, public service workers and NGO employees. Most of respondents understand that the ecotourism must be associated both to the interpretation and environmental education. However, once ecotourism adopts as a reference basis to the Environmental Education to Sustainable Societies (EESS) it creates a challenge to accomplish EESS in the limits of a ecotouristic route. This way, urgent researches are needed to solve this question. Is possible in ecotourism the adoption of EESS or of the environmental interpretation?

Key-words: ecotourism, environmental interpretation, environmental education.

Introdução

O turismo vem se mostrando como uma atividade de grande expressividade socioeconômica, pois vem gerando empregos e renda. Há vários tipos de turismo, sendo o turismo ecológico ou ecoturismo um de seus segmentos mais importantes. O ecoturismo (uma alternativa do turismo na natureza) tem sido uma atividade econômica que vem crescendo assustadoramente nos últimos anos tanto no mundo quanto no Brasil. Essa pungência pode ser revelada tanto pela renda que vem gerando como pelo aumento no número de ecoturistas. No entanto, a qualidade dessas atividades não é conhecida, exceto quando ações na

justiça as expõem, exigindo ressarcimento pelo não-oferecimento do produto ecoturístico, segundo o que foi propagandeado. Guiado pelo senso comum, o cidadão imagina que uma atividade ecoturística deva ser mais que um passeio guiado ao ambiente natural. Mas, nem os consumidores nem os empresários parecem ter uma noção ideal do que deva ser ecoturismo. A confusão conceitual ainda ronda essa atividade econômica.

A questão conceitual sempre vem envolvendo alguns termos que representam atividades ou ações que geram receitas financeiras e que podem ser usados inadvertidamente de modo inadequado para iludir a população. Desse modo, é necessário haver uma definição, minimamente, padrão. Na Educação Ambiental isso tem sido uma prática permanente e na convergência com o ecoturismo já vem sendo provado, através de estudos de caso, que nem sempre existe a EA na prática do ecoturismo (MARASCHIN e PEDRINI, 1999; PEDRINI e TORRANO, 2003; PEDRINI, 2005 a,b,2006; PEDRINI e MERIANO, 2007). No seio empresarial isso também tem se consubstanciado (PEDRINI e PELLICCIONE, 2007). Preocupado com essa enganação empresarial no seio ecoturístico, PEDRINI (2006, 2007) apresentou um modelo, visando a certificação da EA (cf. BRASIL, 2005) no ecoturismo.

Não se sabe se a Interpretação Ambiental (IA) como a EA sejam de fato pressuposto para uma atividade ecoturística. Os conceitos de IA, EA e Ecoturismo também não estão bem delimitados. Há regularmente confusão conceitual entre IA e EA e em cada uma delas em separado.

Objetivos Principais

O objetivo principal desse artigo por um lado é apresentar autores emblemáticos que trataram da questão conceitual dos construtos ecoturismo, interpretação ambiental e educação ambiental com o fim de problematizar o tema. Por outro lado propor uma delimitação conceitual aos três temas devidamente contextualizados no plano turístico.

Conceitos em debate: Ecoturismo, Interpretação e Educação Ambiental.

A área de confluência entre ecoturismo, interpretação e educação ambientais vem recebendo contribuições de respeitados pesquisadores tanto universitários como de organizações não-governamentais importantes. Do seio universitário selecionamos a obra de MENDONÇA e NEIMAN (2005) e das ONGs a de MITRAUD (2003) da WWF. Ambas as obras são coletâneas, reunindo pesquisadores de diferentes matizes, que juntos configuram importantíssimas contribuições para a área, tratando de várias configurações dos temas tratados no presente trabalho, incluindo a questão conceitual.

O conceito, que deveria estar norteando a prática do ecoturismo brasileiro, é o da BRASIL (1994), ao criar uma política implícita que passou a orientar suas práticas. Nesse conceito, o ecoturismo seria uma atividade que prezaria pela sustentabilidade do patrimônio natural e cultura, propugnando sua conservação e a busca da conscientização ambientalista através da interpretação ambiental, além de promover o bem-estar das populações por ele envolvidas. Vê-se claramente no conceito que a interpretação, e não a educação ambiental, foi o termo citado. Porém, a IA não deve conduzir a EA e sim o contrário, além do que, dificilmente proporcionaria a conscientização pública utilizando apenas a atividade ecoturística.

Recentemente, dois competentes autores brasileiros se debruçaram sobre a questão conceitual do ecoturismo, através da pesquisa do discurso empresarial ou de seus interessados. GOMES (2003), estudando o contexto empresarial, afirma que ecoturismo encerra múltiplos significados, mas se estende para além do conceito empresarial, impregnado da concepção economicista imediatista. Compreende o aspecto conservacionista que o destaca da massificação do turismo tradicional. Ele deve, abranger também (além do aspecto econômico): a) a sustentabilidade, compatibilizando interesses econômicos com as restrições ambientais; b) a educação ambiental, em que o ecoturismo deva ser seu instrumento, tanto para as comunidades afetadas como para o ecoturista; c) o bem-estar da população local que deverá receber os impactos socioambientais positivos e não apenas os negativos. Essas observações contribuem de modo

efetivo para um conceito amplo de ecoturismo sempre associado a EA. A EA também será útil para minimizar o impacto negativo da própria atividade (eco)turística, pois em si mesma também pode causar efeitos nocivos ao meio (cf. RODRIGUES, 2003; KINKER, 2005; PEDRINI et al., 2007). E sendo a EA adequadamente realizada poderá minimizar esses efeitos.

PIRES (1999) em sua excelente síntese sobre ecoturismo mostra que essa atividade prescinde atender a, pelo menos, cinco possibilidades para ser considerada como tal: a) as viagens recreativas responsáveis em áreas de valor natural significativo para apreciar, desfrutar e entender os problemas ambientais e culturais que caracterizam a área visitada; b) o apoio à conservação ambiental com a sustentabilidade de seus recursos; c) a participação das populações locais afetadas otimizando os benefícios econômicos da atividade; d) a minimização máxima dos impactos físicos e culturais na comunidade; e) a educação ambiental tanto para os ecoturistas como para a população local. Nesse conceito, percebe-se claramente as dimensões da IA e EA inclusas. Então é possível supor que o conceito foi aperfeiçoado, abrangendo tanto a IA como a EA no bojo do seu conceito. Mas, o que seriam IA e EA?

O conceito de IA abrange a idéia de que ela prescinde de transferência de informação e sensibilização do ecoturista, podendo até promover a mudança de hábitos, o que é uma proposta da EA. Porém a IA é, de fato, uma etapa da EA propriamente dita. Assim, a IA deverá ensejar a que o ecoturista informado e sensibilizado possa compreender o meio ambiente e cultural que o influencia. Os objetivos primordiais da IA, são: a) facilitar o conhecimento e a apreciação da natureza; b) conservar seus recursos naturais, históricos e culturais; c) aumentar a satisfação dos visitantes; d) servir de ferramenta para o manejo dos visitantes; e) estimular a participação do visitante nas questões político-ambientais; f) acrescentar valor à experiência do visitante, elevando o seu nível de satisfação; g) realçar a necessidade da conservação do patrimônio visitado; h) aumentar o nível de conscientização sobre o patrimônio natural ou cultural, atribui-lhe um maior nível de respeito, facilitando sua conservação e contribuindo por minimizar

impactos sobre bens similares em outras localidades; i) colaborar para a promoção do patrimônio junto à população e representar um mecanismo de democratização do conhecimento ambiental, muitas vezes acessível apenas a classes sociais privilegiadas. Vale ressaltar que é fundamental realizar estudos de percepção ambiental antes de se iniciar uma pesquisa de IA e EA, pois é necessário se conhecer o imaginário das pessoas e como elas entendem que seja seu ambiente. Tanto é que a percepção que antecede a IA que SATO (2007) em seu trabalho identificou a percepção de visitantes a uma unidade de conservação e daí propôs áreas adequadas para a realização de EA.

SALVATI (2003) citou F. Tilden como quem de fato construiu a conceituação da IA como sendo: atividade que envolva a percepção e envolvimento da personalidade do visitante, ligando o visitante ao ambiente através de seus sentidos, visando presenciar, experienciar, sentir, tocar, etc. A interpretação, e não apenas informação, é sim uma revelação baseada na informação; na interpretação o objeto de interesse se revela em sua forma real pela experiência e não por adjetivos e valores afirmados por terceiros. A interpretação é fundamentalmente uma arte de comunicação: isso significa que, embora existam pessoas com maior ou menor facilidade para tal, ela pode ser aprendida em algum grau; ademais, significa que, diferentes formas de comunicação e diferentes profissionais podem ser utilizados, com o uso, por exemplo, da arte visual. A IA não é somente a instrução, mas sim a provocação, avivando a curiosidade e o interesse: espera-se que o visitante aprofunde por si mesmo a interpretação do objeto em foco, que ele questione e se sinta o conquistador de seus novos conhecimentos. A IA deve ser dirigida a audiências específicas: embora nem sempre seja possível, a interpretação mostra-se mais eficiente quando o público-alvo não se apresenta muito diverso em seus interesses e objetivos, como acontece quando a atividade se dirige a um público infantil de mesma faixa etária, por exemplo; ao mesmo tempo deve estar preparada para atender amplamente a todo público.

A IA deve apresentar os fenômenos na sua totalidade: isso significa o compromisso da interpretação com a realidade, que não é fragmentada ou divisível a não ser em nossas mentes; significa assim uma abordagem holística, exibindo as relações existentes entre os diversos fenômenos naturais, históricos e culturais. Assim, interpretar o meio ou a natureza é uma tarefa tão complicada quanto promover a EA e deve fazer parte de um programa de EA permanente onde quer que esteja sendo desenvolvida.

A EA como a IA também teve uma construção conceitual ao longo do tempo, marcada por eventos internacionais, partindo da Conferência Internacional de Tbilisi e tendo seu grande ápice na I Jornada Internacional de EA realizada na Rio-92, segundo PEDRINI (2002, 2007) onde foi aprovado o Tratado Internacional de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global (TEASS). A EA passou por turbulências conceituais tanto no plano internacional como no contexto brasileiro (cf. PEDRINI e DE-PAULA, 2002) até a segunda edição do Programa Nacional de Educação Ambiental (ProNEA, 2004) quando este adotou integralmente o TEASS. Contemporaneamente, seu conceito pode ser operacionalizado (adaptação de PEDRINI 2006, 2007 a,b) de modo a que esta deva ser no mínimo apresentada conforme consta no Quadro I. A EA é entendida como tendo um conceito adequado ou de qualidade se incluir atividades que considerem os indicadores de qualidade conceitual indicados abaixo. O fim imediato da EA é a mudança de hábitos, condutas, posturas sociais e a introdução de uma concepção de mundo viável, isto é, de sociedades sustentáveis, ao contrário do que representa o desenvolvimento sustentável, que seriamente prejudica os países em desenvolvimento como o Brasil (cf. PEDRINI e BRITTO, 2006).

Indicador de Qualidade Conceitual	Definição do indicador de qualidade conceitual
EA Emancipatória	a) dinâmicas, integrativas, participativas e transformadoras que permitam ao ecoturista adquirir conhecimentos e habilidades, através de experiências que o torne apto a enfrentar e resolver problemas ambientais, inclusive da região do percurso ecoturístico;
EA Transformadora	b) abrangentes, envolvendo a totalidade dos grupos sociais da área sob influência do percurso;
EA Globalizadora	c) globalizadoras, com o ecoturista abordando o ambiente, integrando as escalas local, regional, nacional e global;
EA Contextualizadora	d) contextualizadoras, em que o ecoturista receba conhecimentos sobre a realidade local onde se situa a atividade ecoturística;
EA Ética	e) estimulantes a uma consciência ética de respeito a todas as formas de vida do planeta;
EA Interdisciplinar	f) a questão ambiental sempre se transforma e demanda profissionais de diferentes matizes disciplinares;

SILVA *et al.* (2006) elaboraram um guia didático para uso na IA em trilhas. Mormente, a IA vem sendo realizada em trilhas (cf. PEDRINI, 2006) onde se concentram as condições minimamente adequadas para essa prática. Entendem que a IA pode ser realizada no curto trajeto de uma trilha interpretativa, enquanto a EA deve ser realizada permanentemente na vida de um ecoturista. De fato, parece impossível se adotar a EASS no percurso de uma trilha, face ao seu caráter multidimensional para a vida de um cidadão. Porém a IA pode e deve ser realizada nas atividades ecoturísticas tanto em terra (TAVARES e RUBERT, 2003) como nas águas continentais (BERLINK *et al.*, 2003) e marinhas (BERCHEZ, CARVALHAL e ROBIM, 2005).

Assim, tanto IA como a EA foram minimamente definidas para que se possa ter um referencial de análise para o trabalho realizado.

Metodologia empregada

Um questionário semi-fechado foi enviado virtualmente a dezenas de listas de discussão pela Internet, no contexto brasileiro, tendo sido dado cerca de 1 mês para sua devolução. Foram privilegiadas as listas de Educação Ambiental e Ecoturismo como Eaecoturismo, Ecoturismo-br, Rede Brasileira de Educação Ambiental, dentre outras. O questionário contemplou uma série de temas que deverão ser discutidos no Grupo de Trabalho de Ecoturismo e Educação Ambiental do I Congresso Nacional de Ecoturismo, realizado em Itatiaia, em novembro de 2007, do qual o autor é o seu coordenador. Foram utilizados apenas alguns dos dados pesquisados para a formulação do presente trabalho.

Resultados e Discussão

Os resultados serão apresentados em duas partes: a caracterização mínima dos respondentes e os resultados propriamente ditos.

1.Caracterização dos respondentes.

Os respondentes ao questionário foram, na maioria absoluta, de pessoas do sexo feminino (Fig. 1) no total de 41 pessoas envolvidas com o ecoturismo.

Figura 1: Sexo dos respondentes dos questionários.

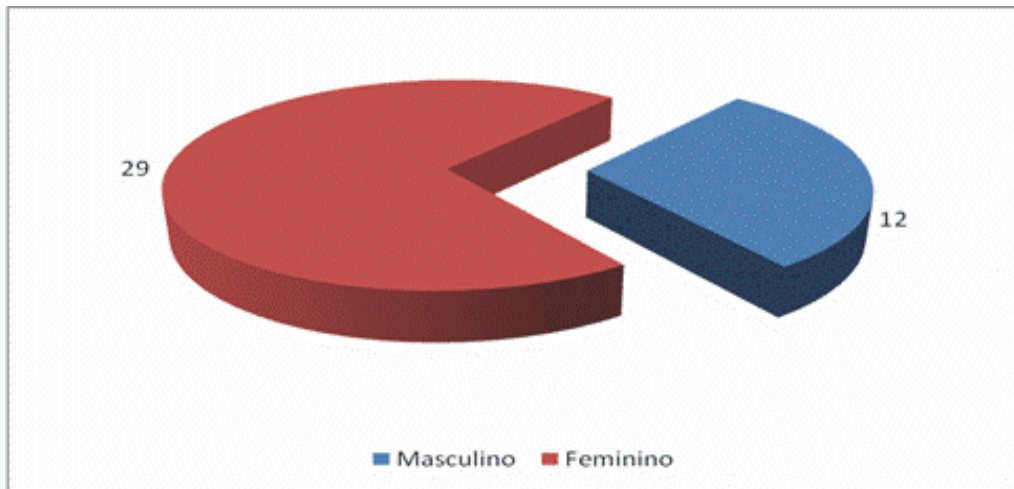
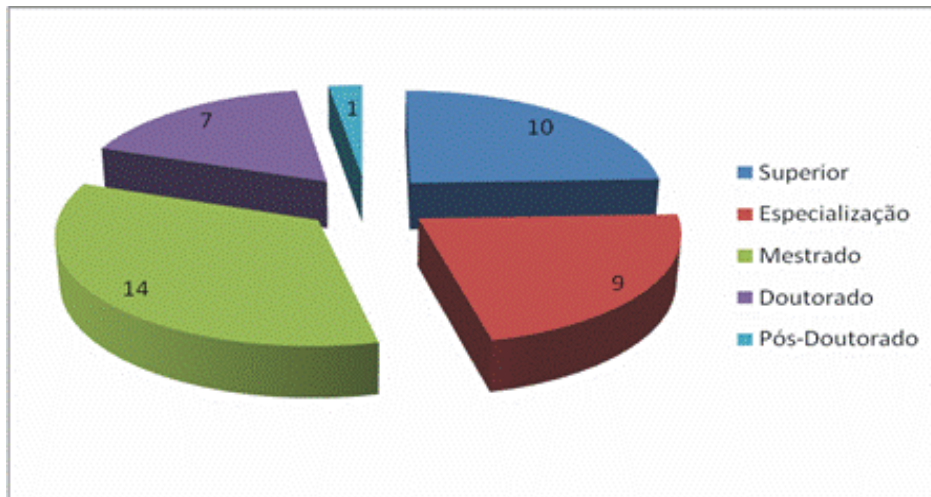
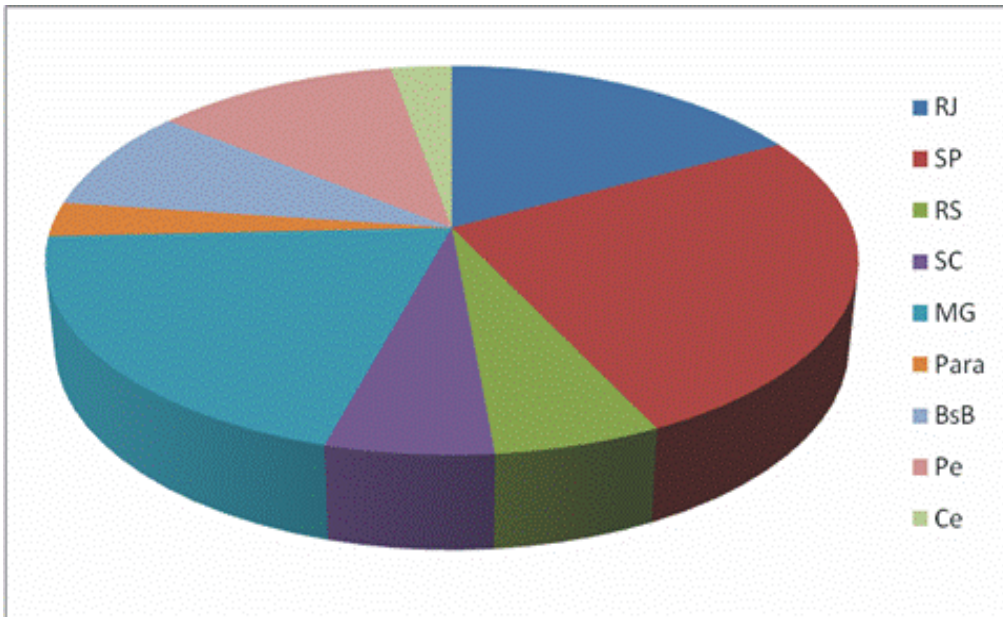


Figura 2: Nível de escolaridade dos respondentes.



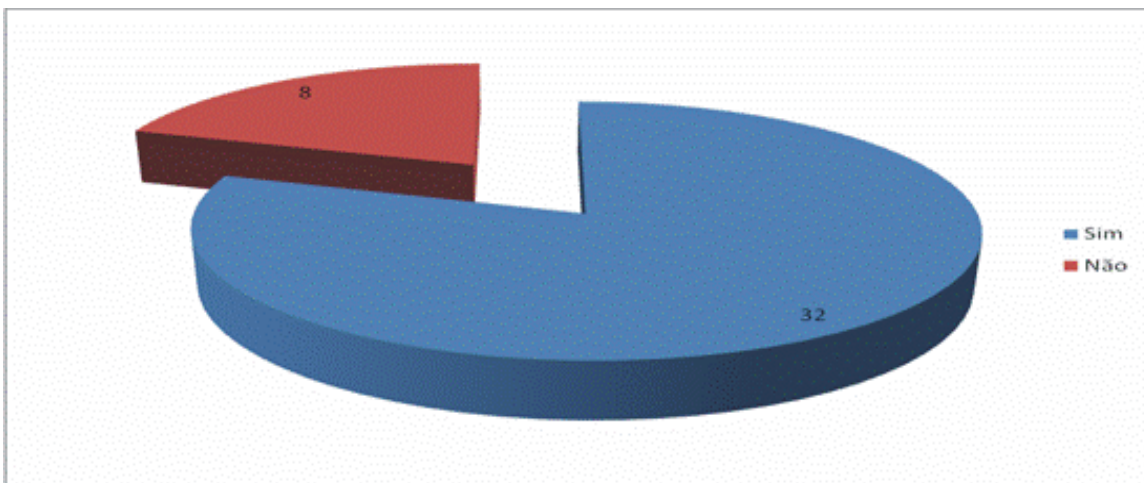
Todos os respondentes têm nível superior, a maioria absoluta com pós-graduação, especialmente mestrado seguido de especialistas. A maioria absoluta eram de praticantes tanto do ecoturismo como da Educação Ambiental Não-Formal (Figs. 3 e 4). Isso sugere que os respondentes são pessoas bastante qualificadas, pois a maioria possui o mestrado, desenvolvendo trabalhos de pesquisa ou intervenções socioambientais no contexto do ecoturismo ou da EA. A Fig 3 mostra a representação nacional dos respondentes da pesquisa.

Figura 3: Representação dos respondentes por estados brasileiros.



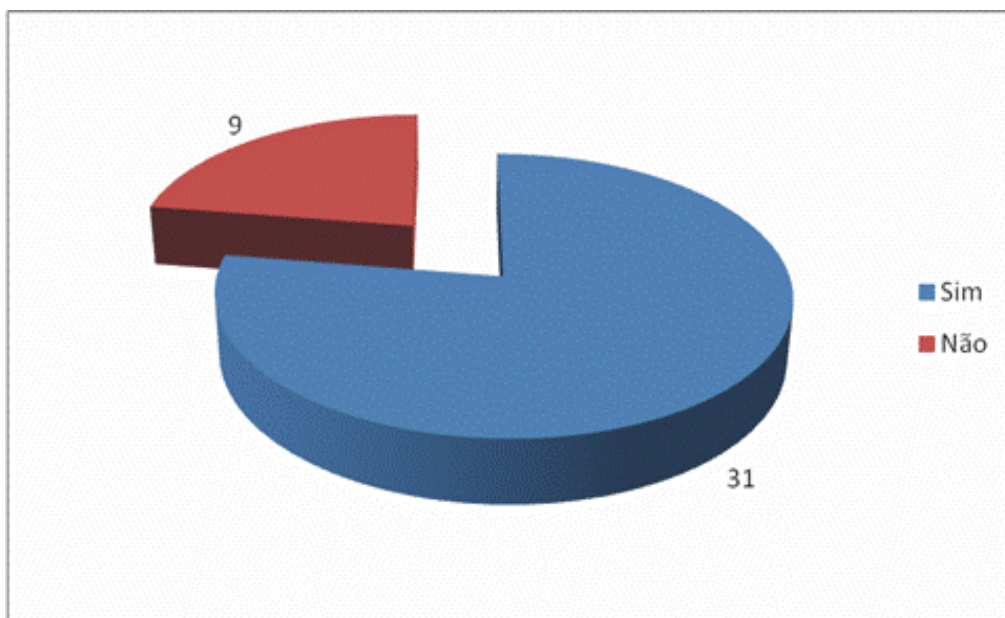
A Fig. 3 mostra que a maioria das regiões geográficas brasileiras foi representada na pesquisa, excetuando-se a região centro-oeste, sendo a maioria da região sudeste.

Figura 4: Expressão dos respondentes sobre sua experiência em ecoturismo.



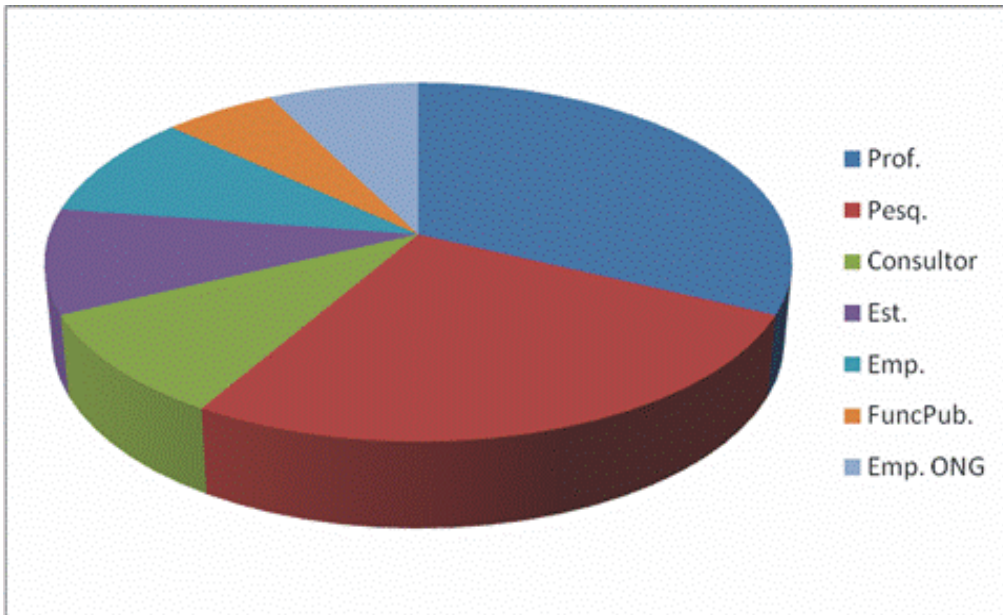
Os respondentes possuem, na maioria absoluta, experiência pretérita em ecoturismo e em EA, o que sugere serem os respondentes pessoas experientes (Fig. 4 e 5). As atividades realizadas pelos respondentes estão na Figura 6.

Figura 5: Expressão de experiência pretérita em Educação Ambiental Não-Formal dos respondentes.



o que mostra uma diversificação ocupacional no universo pesquisado, enriquecendo a pesquisa.

Figura 6: Principais funções desempenhadas pelos respondentes.

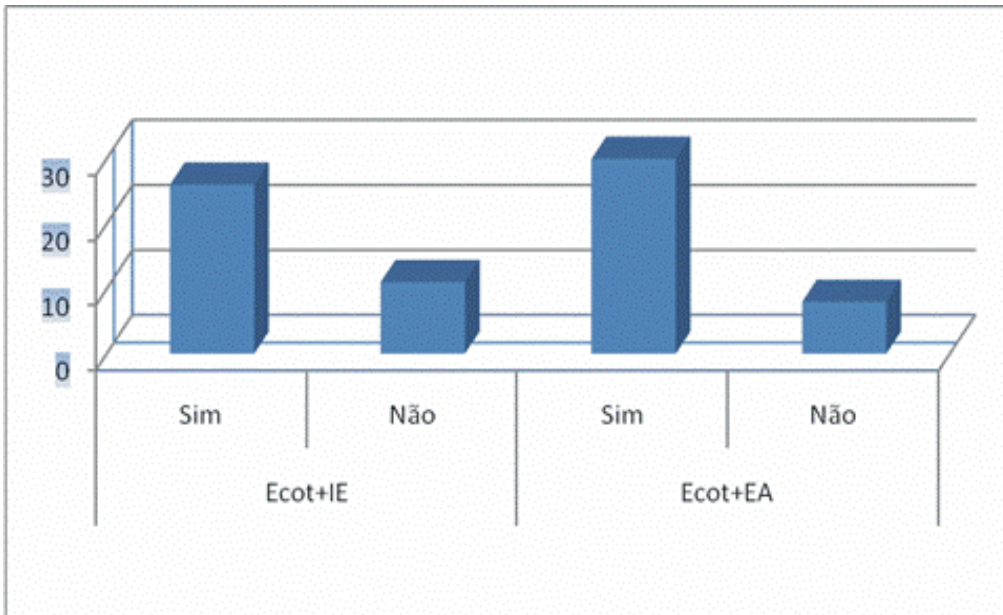


A Fig. 6 mostra que a maioria dos respondentes é composta de professores, essencialmente de ensino médio e/ou pesquisadores. Ainda assim, existem entre os respondentes: empresários, guias, consultores ambientais, funcionários públicos, empregados de ONGs e estudantes predominantemente de turismo.

2.O ecoturismo e/com EA

A prática do ecoturismo com IA e EA é o desejado, considerando o referencial teórico arrolado para esse trabalho, mas se desconhece se o discurso ecoturístico tem se consubstanciado amplamente na prática, pois os estudos de caso vem mostrando o oposto (MARASCHIN e PEDRINI, 1999; PEDRINI e TORGANO, 2005). PIMENTEL (2006) acredita que esse hiato entre o discurso e a prática se deve à falta de uma conceituação aceita internacionalmente, o que corrobora os fatos encontrados nas pesquisas do ecoturismo no Brasil. Na Fig. 7 é possível verificar que os colegas pesquisados apóiam a idéia de que tanto a IA como a EA devam estar presentes nas práticas do ecoturismo brasileiro.

Figura 7: Representação dos respondentes quanto à necessidade de vinculação da interpretação e educação ambientais no ecoturismo.



Desse modo, não só a IA como a EA, são consideradas necessárias para a prática do ecoturismo tanto nas políticas públicas quanto no discurso dos entrevistados, porém não se sabe bem qual seu conceito sobre um e outro, pois como afirmado anteriormente para se aplicar a EASS ainda falta a construção de estratégias para atingir esse fim. Apenas a IA parece ser possível no atual momento.

Conclusão e Recomendações

O presente trabalho mostrou que IA e EA são pressupostos fundamentais para a prática do ecoturismo no Brasil. A EASS é a que deve ser o referencial de qualidade no Brasil tal como está sendo adotada em outros países latino-americanos. Porém, devido a multidimensionalidade da EASS, é necessário que sejam realizadas pesquisas para verificar se é possível que seja adotada no ecoturismo, face a complexidade em se adotar a EA num percurso limitado no tempo e espaço. A IA parece ser um instrumento ideal como etapa primordial e inicial para a EASS, mas isso só mais pesquisas poderão dizer.

Não há informação, também, se o produto ecoturístico brasileiro possui amplamente qualidade conceitual e/ou operacional, criando-se assim uma demanda iminente para a realização de amplas pesquisas que determinarão o

grau de qualidade do produto oferecido nas pequenas ou grandes operadoras de turismo, dessa forma atendendo às demandas existentes na Política Nacional de Turismo, em vigor no país. Associado a esse fato, devem-se urgentemente produzir pesquisas para conhecer as tipologias de padrões de comportamento dos ecoturistas brasileiros, verificando se existem peculiaridades nacionais, e assim planejar atividades ecoturísticas segundo o gosto dos brasileiros.

Agradecimentos

Ao amigo Jalton Gil Torres Pinho pela revisão do trabalho e formulação do *abstract*.

Bibliografia Citada

BERCHEZ, F.; CARVALHAL, F.; ROBIM, M. J. Underwater interpretative Trail – guidance in improve education and decrease ecological damage. *International Journal of Environment and Sustainable Development*, v. 4, n.2, p. 128-139. 2005.

BERLINK, C. N.; CALDAS, A. N. R.; MONTEIRO, A. H. R. R.; SAITO, C. H. Contribuição da Educação ambiental na explicitação e resolução de conflitos em torno de recursos hídricos. *Ambiente e Educação*, v.8, p. 117-129, 2003.

BRASIL. *Diretrizes para uma Política Nacional de Ecoturismo*. Brasília, EMBRATUR, 1994, 28 p.

BRASIL. *Programa Nacional de Educação Ambiental (ProNEA)*. Brasília: MMA/DEA, 2005, 102 p.

GOMES, P. M. *(Eco)Turismo; uma (Re)Leitura dos Discursos*. Brasília: IBAMA, 2003, 112 p.

KINKER, S. *Ecoturismo e conservação da natureza em parques nacionais*. 2 ed. Campinas, Papirus, 2005, 224 p.

MARASCHIN, C. M. de A.; PEDRINI, A de G. A Educação Ambiental no Ecoturismo: estudo de caso numa empresa de ecoturismo no Rio de Janeiro, RJ,

Resultados Preliminares. In: ENCONTRO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 7, *Anais...* Rio de Janeiro, REARJ, 2003, p. 353-362. (Disquete).

MENDONÇA, R.; NEIMAN, Z. (Org.) *O ecoturismo no Brasil*. Barueri: Manole, 2005.

MITRAUD, S. (Org.) *Manual de Ecoturismo de Base Comunitária; ferramentas para um planejamento responsável*. Brasília: WWF, 2003b, p. 33-68.

PEDRINI, A de G. Trajetórias em Educação Ambiental. In: PEDRINI, A de G. (Org.) *Educação Ambiental; Reflexões e Práticas Contemporâneas*. 5 ed. Petrópolis: Vozes, 2002, p. 21-87.

PEDRINI, A de G. Em busca da Educação Ambiental no (Eco)turismo brasileiro. In: ENCONTRO INTERDISCIPLINAR DE ECOTURISMO EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO, 1, *Anais...*, 3 a 7 de outubro de 2005a,

PEDRINI, A de G. (Org.) *Ecoturismo e Educação Ambiental*. Rio de Janeiro, Publit, 2005b, 87 p.

PEDRINI, A. de G. Avaliação da Educação Ambiental no Ecoturismo (com Trilhas): Uma Proposta Metodológica de Qualidade Conceitual. *Revista OLAM – Ciência e Tecnologia* -, Rio Claro (SP), v. 7, n. 2, p. 83-106, dez/2006.

PEDRINI, A. de G. A Educação Ambiental no Ecoturismo Brasileiro: Passado e Futuro. In: SEABRA, G. (Org.) *Turismo de Base Local; identidade cultural e desenvolvimento regional*. João Pessoa, Ed. Universidade Federal da Paraíba, 2007a, p. 249-260.

PEDRINI, A de G. (Org.) *Metodologias em Educação Ambiental*. Petrópolis, Vozes, 2007b.

PEDRINI, A de G.; BRITO, M. I. M. S. Educação Ambiental para o desenvolvimento ou sociedade sustentável? Uma breve reflexão para a América Latina. *Revista Educação Ambiental em Ação*, n. 17, 20 p., 2006.

PEDRINI, A.de G.; DE-PAULA, J.C. Educação Ambiental: Críticas e Propostas. In: PEDRINI A. de G. (Org.) *Educação Ambiental: Reflexões e Práticas Contemporâneas*. 5 ed., Petrópolis, Vozes, 2002, p. 88-104.

PEDRINI, A de G.; TORGANO, M. F. Ecoturismo com Educação Ambiental; discursos e práticas. In: PEDRINI, A de G. (Org.) *Ecoturismo e Educação Ambiental*. Rio de Janeiro, Publit, 2005, p. 13-38.

PEDRINI, A. de G.; PELLICCIONE, N. B. B. Educação Ambiental Empresarial no Brasil: uma análise sobre sua qualidade conceitual em relatos bibliográficos. *Mundo e Vida*, Niterói, v. 12, 2007.

PEDRINI, A. G. *et al.* Efeitos ambientais da visitação de turistas em áreas protegidas marinhas. Estudo de caso na Piscina Natural Marinha, Parque Estadual da Ilha Anchieta, Ubatuba, São Paulo, Brasil. *Revista OLAM – Ciência e Tecnologia* -, Rio Claro (SP), v. 7, n.1, p. 676-698, 2007.

PEDRINI, A. De G.; MERIANO, D. Avaliação da Qualidade do ecoturismo Terrestre no Brasil. Estudo de caso com uma empresa atuante em trilhas, RJ, Brasil. In: CONGRESSO NACIONAL DE ECOTURISMO, 1, 8-11 de novembro de 2007, *Anais...*, 15 p.

PIMENTEL, C. E. Gestão Ambiental para o Turismo. In: QUEIROZ, O. T. (Org.) *Turismo e Ambiente*. Campinas, Alínea, 2006, p. 75-110.

PIRES, P. dos S. *Ecoturismo no Brasil; uma abordagem histórica e conceitual na perspectiva ambientalista*. Tese (Doutorado), FFLCH, Universidade São Paulo, São Paulo.

RODRIGUES, A. B. Ecoturismo: limites do eco e da ética. In: RODRIGUES, A. B. (Org.) *Ecoturismo no Brasil: possibilidades e limites*. São Paulo: Contexto, 2003, p. 29-46.

SALVATI, S. S. Interpretação Ambiental. In: MITRAUD, S. (Org.) *Manual de Ecoturismo de Base Comunitária; ferramentas para um planejamento responsável*. Brasília: WWF, 2003.

SATO, C. S. *Parque Nacional da Serra do Cipó, Minas Gerais: percepção ambiental e estabelecimento de áreas para educação*. 2007. Dissertação (Mestrado), Instituto de Biociências, Universidade de São Paulo, São Paulo.

SILVA, F. R.G.; FONTES, M. A. L.; LUTTERBACH, A. A.; SILVA JUNIOR, W. M. Guia Didático para os intérpretes/educadores da “Trilha do Lobo” da Fundação Zoo-Botânica de Belo Horizonte-MG. *Revista de Biologia e Ciências da Terra*, v.6, n. 2, p. 286-294, 2006.

TAVARES, B.; RUBERT, M. A contribuição das trilhas ecológicas para a Educação Ambiental e proteção das unidades de conservação; In: SIMPÓSIO SUL BRASILEIRO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL, 7-10 de dezembro de 2003, Itajaí, *Anais...*, 3 p.